



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1353

A REVOLUÇÃO MEXICANA NA CRÍTICA DA INTELLECTUALIDADE CONSERVADORA CATÓLICA BRASILEIRA NOS ANOS 20: O DISCURSO DA REVISTA *A ORDEM* SOBRE O MÉXICO REVOLUCIONÁRIO

Natally Vieira Dias
(UEM – CRV)

Resumo

A Guerra Cristera (1926-1929), conflito armado que opôs o Estado mexicano aos chamados “soldados de Cristo”, liderados pela Igreja Católica, foi um dos desdobramentos mais significativos da Revolução Mexicana. Os combates bélicos foram o culminar de uma crescente hostilidade entre a Igreja Católica e o Estado pós-revolucionário, por causa da efetivação dos artigos anticlericais da Constituição de 1917. O conflito mexicano foi alvo de várias intervenções públicas por parte de intelectuais brasileiros que se identificavam ao conservadorismo católico, tendo repercutido amplamente na revista *A Ordem*, órgão editado pelo Centro Dom Vital, principal núcleo articulador da intelectualidade católica brasileira no período. Analisamos o discurso dessa revista em torno do México revolucionário com vistas a mostrar qual foi a leitura da Revolução Mexicana realizada por seu grupo editor.

Nossa análise do discurso de *A Ordem* sobre o México se fundamenta na história intelectual, particularmente na perspectiva contextualista de Quentin Skinner, ao considerar que os discursos produzidos por intelectuais devem ser tomados como “atos discursivos”, carregados de intensões e objetivos políticos, que são dimensionáveis na medida em que conseguimos captar seus contextos de escrita e publicação. Mostramos que a intervenção pública dos intelectuais conservadores católicos brasileiros sobre o México revolucionário, nos anos 20, deve ser lida como parte de um debate/combate de ideias mais amplo que opunha essa vertente a grupos mais progressistas da intelectualidade brasileira – particularmente os socialistas –, que apoiavam as medidas anticlericais do Estado mexicano e tomavam a Revolução Mexicana como um exemplo para o Brasil.

Palavras-chave: Intelectuais brasileiros; Primeira República; conservadorismo católico; revista *A Ordem*; Revolução Mexicana.

Introdução

A segunda metade da década de 20 no México foi marcada pela exacerbação das hostilidades entre o “Estado revolucionário” e a Igreja Católica. As divergências entre ambas as instituições se deviam à aplicação dos artigos anticlericais da Constituição de 1917, que era fruto do intenso processo revolucionário experimentado pelo país desde 1910. Em 1926 o conflito ganhou expressão bélica com a chamada Guerra Cristera, que tem sido interpretada pela recente historiografia mexicana como uma das mais explícitas expressões da contradição entre tradição e modernidade envolvida na consolidação da Revolução Mexicana.

Segundo o historiador Álvaro Matute, o movimento *cristero* representou “a persistência da tradição”, tendo oferecido, “pela primeira vez, uma resposta tradicional à modernidade revolucionária”; e foi “o único que implicou numa insurgência popular que ameaçou o novo regime de uma maneira muito mais eficaz do que qualquer outro movimento oposicionista surgido desde 1917”. Na mesma direção, Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer consideram que “a Guerra Cristera no México revolucionário expressou do modo mais violento a luta de uma liderança revolucionária criada na tradição liberal e nos costumes laicos do norte do México contra as velhas tradições das regiões católicas [...] do país.” (Matute, 2005: 38-9)

Essa interpretação de um conflito entre a modernidade revolucionária e a tradição representada pelo catolicismo é útil não apenas para a compreensão do processo interno mexicano, mas também para se entender a leitura do mesmo realizada pelos intelectuais conservadores católicos brasileiros reunidos em torno do Centro Dom Vital e de sua revista *A Ordem*, órgãos que conformaram o núcleo da mobilização da intelectualidade conservadora católica no Brasil nos anos 20.

Uma “reação católica” já havia sido delineada em uma carta pastoral de D. Leme, publicada em 1916, na qual denunciava o “estado de letargia” em que se encontrava o catolicismo brasileiro e apresentava “um apelo à sistematização das forças dispersas, sob o comando da hierarquia eclesiástica.” (Velloso, 1978, p. 121)

A partir desse chamado foi sendo forjado um “catolicismo reavivado”, que se consolidou na década seguinte como uma das principais vertentes da “corrente intelectual autoritária-nacionalista”, cuja configuração teve na fundação do Centro Dom Vital, em 1922, um dos acontecimentos mais significativos. (Pinheiro Filho, 2007: 39; Beired, 1999: 33-4) O Centro logo passou a editar, como órgão oficial, a revista *A Ordem*, que tornou-se o principal difusor de sua doutrina, cuja base era o pensamento reacionário europeu, entre os quais se destacavam tanto ícones do pensamento antirrevolucionário do século XIX, principalmente Joseph de Maistre, quanto autores contemporâneos à revista, como Charles Maurras, principal ideólogo da organização de caráter fascista Ação Francesa.

Os intelectuais católicos reacionários brasileiros, reunidos em torno do Centro e da revista, desenvolveram uma crítica à modernidade, entendida como fundamentalmente impregnada pelo “espírito revolucionário” que corria o mundo desde a Revolução Francesa e comprometia seriamente os “valores essenciais” da ordem política e social tradicional. Da perspectiva conservadora católica, no caso brasileiro a “ordem natural” havia sido rompida com a queda da monarquia ou, mais exatamente, com o fim do sistema de padroado que unia a hierarquia política à religiosa. Desde então, e principalmente a partir da implantação da República, a ordem social encontrava-se ameaçada por um sistema político que não traduzia a “hierarquia natural”, mas, ao contrário, baseava-se em “princípios revolucionários”. Fundada a República, a sociedade brasileira passava a ser “governada” pelos “mesmos princípios diretores da sociedade nascida da Revolução Francesa”, os quais instauravam a “moderna democracia, filha legítima da Revolução.” (*A Ordem*, ano 5, nº 52, out-dez, 1926, p. 303; 308)

Apesar dessa leitura da situação brasileira, a atuação política concreta vislumbrada pelos conservadores católicos não foi a de uma improvável reinstauração da monarquia, nem mesmo a constituição de um partido político para a tomada do poder. O projeto reacionário católico levado a cabo nos anos 20 e 30 no Brasil esteve direcionado a conquistar “a garantia de que a organização do Estado e da sociedade se de[sse] em obediência aos preceitos religiosos”. Para tanto, a principal estratégia empregada foi organizar uma “elite espiritual que deveria por direito (teo)lógico conduzir a vida nacional”, formando-se “a partir do culto da

ordem” os “novos quadros capazes de intervir, em nome do catolicismo e em consonância estreita com as diretrizes da Igreja, em todas as dimensões da realidade brasileira.” (Pinheiro Filho, 2007: 38-9) Não por acaso, muito embora esta também visasse alcançar as massas populares, foram as elites intelectuais o principal alvo de arregimentação da empreitada católica.

Com base nesse ideal, a imprensa foi considerada como uma das mais importantes ferramentas de “luta” em meio a uma batalha ideológica concebida em termos de uma “guerra justa” em “defesa dos santos interesses”. (*A Ordem*, ano 5, nº 51, jul-set, 1926, p. 281) Encabeçada Jackson de Figueiredo, principal expoente da intelectualidade católica brasileira no período, a revista inseria-se nesse projeto como a principal plataforma de formação e divulgação ideológica cujo foco era a consolidação não apenas de uma doutrina, mas fundamentalmente de uma “cultura católica”. A publicação alcançou um espaço significativo no cenário dos intensos debates político-ideológicos que marcaram a década de 20 e o início dos anos 30 no Brasil. Nesse contexto, como muito bem sinalizou Mônica Pimenta Velloso em um artigo pioneiro sobre a revista, o discurso de *A Ordem* deve ser lido como “um contra-ataque ideológico às investidas de outros grupos sociais ascendentes, portadores de uma nova ideologia”. (Velloso, 1978: 121) É em meio a essas disputas, portanto, que se deve compreender a reação da intelectualidade conservadora católica brasileira frente ao conflito religioso desencadeado no México.

Objetivos

O presente artigo tem dois objetivos principais. Inicialmente, recuperar as intervenções públicas que foram realizadas por intelectuais brasileiros identificados ao conservadorismo católico e veiculadas pela revista *A Ordem* sobre o México revolucionário, nos anos 20. Em seguida, situá-las em meio ao debate mais amplo, que colocava em confronto a posição dos conservadores católicos com as perspectivas sustentadas por grupos alinhados a outros matizes político-ideológicos.

Resultados

Antes de chegar às páginas de *A Ordem*, a crítica dos católicos brasileiros à política anticlerical do governo mexicano havia se iniciado, em meados de 1926,

com a publicação de artigos inflamados, assinados por Jackson de Figueiredo na grande imprensa. Havia, inclusive, gerado um mal-estar diplomático, em virtude da reação do então embaixador mexicano, Pascual Ortiz Rubio, aos ataques católicos. O representante mexicano, “em uma atitude um tanto precipitada, ameaçou abandonar o país e levar consigo todo o pessoal da embaixada”. (Palacios, 2008: 231)

A partir da polêmica estabelecida entre o embaixador mexicano e o líder da intelectualidade católica brasileira, o conflito anticlerical do México emergiu na revista como um foco de “luta” para “os soldados do Centro D. Vital”. O “combate” ao anticlericalismo foi apresentado como parte da “guerra justa” que esses católicos acreditavam que tinham o dever de travar em “defesa dos santos interesses.” Em sua “guerra santa”, o grupo chegou a mobilizar uma campanha nacional em favor dos cristeros mexicanos, por meio da qual foram conseguidas moções de apoio em todo o país. (*A Ordem*, ano 5, nº 51, jul-set, 1926, p. 282; ano 6, nº 53, jan-mar, 1927, p. 70-71)

A questão religiosa mexicana foi abordada na revista *A Ordem* em duas frentes. Uma mais “bélica”, representada por artigos inflamados, marcados por uma linguagem agressiva e que, em geral, resumiam ataques pessoais contra “o judeu Calles” e seu embaixador no Brasil, Ortiz Rubio, que os editores apontavam, desde sua polêmica com o líder Jackson de Figueiredo, como o “representante perfeito” de “um governo de violência e injúria”. (*A Ordem*, ano 5, nº 51, jul-set, 1926, p. 282-3) Em outra frente, menos inflamada, mas igualmente combativa, os conservadores católicos brasileiros tiraram da Guerra Cristera mexicana uma série de argumentos de cunho teórico-doutrinário.

Inicialmente a estratégia usada pela publicação católica foi a abordagem mais passional, direta e virulenta contra o “laicismo” no México. Mas, após atacarem pessoalmente Calles e Ortiz Rubio, os editores da revista afirmaram ser necessário apresentar a seus leitores “um resumo” da questão mexicana, ou seja, da Revolução, princípio de todos os males, segundo o seu argumento:

Depois de deposto o ditador Porfirio Díaz, aquela República americana entrou em uma fase de contínuas perturbações internas, sucedendo-se os governos uns aos outros, todos nascendo da violência das lutas armadas. Afinal, em 1917, pode-se reunir uma assembleia à guisa de Constituinte, para votar a nova Carta política mexicana. Esta assembleia, como era de prever, não era

constituída de juristas, de estadistas, de homens cultos [...]. Era, ao contrário, um ajuntamento de caudilhos que fizeram o nome e a fama a couce [*sic*] de armas e explosão de trabuco. Está claro que essa gente não podia deixar de ser inimiga da Igreja. [...] Decorridos, porém, sete anos, vai ter à presidência da República do México um judeu autêntico com a mentalidade filosofante de “primários” do laicismo e com o ódio secular de sua raça à Igreja de Cristo. Seu primeiro cuidado, como era de prever, foi executar a parte da Constituição que se referia à questão religiosa [...]. (Idem, p. 285)

A descrição acima apresenta uma série de elementos importantes para se entender a leitura da Revolução Mexicana feita pelos católicos reacionários brasileiros, mais especialmente quando se observa o adendo de que, na exposição veiculada pela revista, enquanto “o judeu Calles” realizava tudo isso no México, o embaixador Ortiz Rubio encontrava-se no Rio “esperando, com certeza, a hora da bolchevização do Brasil.” (Ibidem) Da perspectiva dos “soldados” do Centro Dom Vital, a Revolução do México não era mais que uma luta de caudilhos inescrupulosos, violentos e incultos movidos pela mentalidade laicista que havia se estabelecido no mundo moderno com a “sangrenta tragédia social” da Revolução Francesa. O fio condutor que ligava, portanto, toda e qualquer experiência revolucionária moderna era o laicismo, parte essencial dos “princípios de [17]89” e gerador do “espírito revolucionário” que se expressava tanto no “bolchevismo” quanto no México ou na França revolucionários.

Apesar dessa interpretação geral, que assimilava a experiência mexicana num encadeamento contínuo de processos revolucionários decorrentes da modernidade, também é possível identificar alguns traços específicos que, do ponto de vista dos católicos reacionários brasileiros, caracterizariam a Revolução Mexicana. O principal deles é uma explícita visão pejorativa em relação aos líderes mexicanos, apresentados como caudilhos incultos e incapazes, dos quais o “judeu autêntico” Calles seria bastante representativo, tendo em vista que seu laicismo não passava de uma “mentalidade filosofante de ‘primários’”. O anticlericalismo callista seria, portanto, não um produto da racionalidade característica do mundo moderno – condenada pela revista e atribuída ao caso francês, por exemplo –, mas muito mais uma expressão do “ódio secular de sua raça à Igreja de Cristo”. Mas, se em relação à figura de Calles salta aos olhos o antissemitismo – aliás, típico do pensamento reacionário francês inspirado em Maurras, que tanto agradava aos conservadores

católicos brasileiros –, também em relação aos mexicanos em geral não deixa de ser marcante uma postura racista, embora velada. A imagem dos mexicanos apresentada por *A Ordem* foi a de um povo violento, inculto e, inclusive, pouco racional, sendo que até mesmo sua mentalidade laica se expressaria de forma “primária”. Apesar de os católicos reacionários brasileiros também criticarem outros movimentos revolucionários – particularmente o francês e o russo –, somente os mexicanos foram pejorativamente caracterizados enquanto povo, excedendo-se em muito uma identificação negativa de base ideológica. Não nos parece inadequado relacionar tal visão à identificação mais geral e imediata da Revolução Mexicana como um movimento formado principalmente pelas massas rurais indígenas.

Mas a crítica reacionária católica ao anticlericalismo mexicano não se esgotou nesse tipo de argumento, ganhou também um tratamento mais sóbrio e teórico. Podemos, inclusive, detectar um debate interno na revista em relação à abordagem mais adequada para tratar o assunto. Essa discussão se evidencia em um artigo intitulado “O laicismo e o México”, no qual o autor, ao inserir o caso do México no fenômeno mais geral do laicismo no mundo, criticou explicitamente a visão que citamos anteriormente, de que o laicismo daquele país expressaria a inferioridade dos mexicanos. Assim afirmou o articulista Perillo Gomes, um dos principais colaboradores da publicação católica:

Dir-se-á que isto [a perseguição religiosa] só acontece porque à frente dos negócios públicos do México encontram-se verdadeiras mentalidades de ‘primários’ excitados por um sucesso rápido e imerecido de suas ambições de mando e poderio. Diga-se o que se disser, com a certeza de que só uma coisa é nesta ordem de incontestável [sic], é que serão sempre estas as consequências do laicismo aplicado sem concessões, sem transigências, integralmente, obstinadamente, no México como em qualquer parte. (*A Ordem*, ano 5, nº 52, out-dez, 1926, p. 318)

A argumentação geral sustentada no referido artigo, de conotação mais teórica, é a de que existiria, desde a Revolução Francesa, um “franco antagonismo” entre o “Direito Moderno” e o “Direito Católico”, que resultava em “um conflito permanente”, embora geralmente “atenuado”, entre Estado e Igreja. Nesse raciocínio, o conflito latente entre Estado e Igreja somente não era travado abertamente quando “mútuas transigências” davam origem a um “modus-vivendi”, embora se tratassem sempre de “acordos de natureza transitória”. Portanto, uma

luta aberta entre ambos era algo que vinha sendo “protelado”, a partir de algumas virtudes específicas de “estadistas” e “homens da Igreja”: aos primeiros cabia a “prudência” e aos últimos a “paciência”. O ponto central a partir do qual se poderia/deveria aprender com “o caso do México” era que a prudência poderia se ausentar dos estadistas e, nesse caso, a perseguição religiosa se instalaria, devendo, portanto, a Igreja procurar manter-se sempre em estado de alerta. (Idem, p. 319)

Nessa mesma direção, e relacionando explicitamente a situação mexicana à brasileira, outro artigo da mesma edição abordou o tema sob a alcunha do México como uma “lição” para o Brasil. Para o articulista e editor da revista, Hamilton Nogueira, “o inominável vandalismo” que ocorria no México – leia-se, as medidas anticlericais do governo Calles –, deveria “abala[r] um pouco as convicções otimistas e entusiastas da moderna democracia”, ao mostrar “o quanto valem as liberdades, democráticas ou não, quando não se fundamentam [...] na palavra de Jesus Cristo.” Para o autor, “a lição do México” devia ser adequadamente aprendida pelos católicos brasileiros, tendo em vista que o Brasil experimentava “uma das fases mais delicadas de sua evolução histórica e política”, dentro de um contexto mundial de desafio para os princípios que garantiam a manutenção da ordem social. Assim, frente ao “espírito revolucionário” que, na perspectiva dos intelectuais conservadores católicos, pairava sobre o Brasil, era necessário instruir os dirigentes políticos para que reagissem “eles mesmos contra certos princípios revolucionários em que se funda[va] o Estado Brasileiro”. (*A Ordem*, ano 5, nº 52, out-dez, 1926, p. 303; 305; 309)

Uma questão importante, que incidiu direta ou indiretamente na maneira como os brasileiros interpretaram os acontecimentos mexicanos nos anos 20, e que também deve ser considerado no discurso da revista católica, é a da identidade brasileira no continente. Em relação ao assunto, Jackson de Figueiredo, diretor do Centro Dom Vital e de sua revista, publicou um artigo explicitamente programático sobre a posição dessas instituições. Em “O Brasil e o particularismo americano: nosso programa”, Figueiredo reconheceu a existência de uma identidade hispano-americana – hispano significando descendentes de toda a Península Ibérica – como “um fato” que, de “tão corrente em toda a extensão da histórica da América, quase

se pode chamar de uma lei da sua consciência coletiva.” Em sua visão, seria uma questão de difícil resposta saber se os “desejos” ou “anseios” de união continental tinham ou não algum tipo de base “em realidades”; mas o indiscutível era que essa proposta de união continental possuía uma conotação ideológica, à qual o líder católico aludiu indiretamente como sendo o anti-imperialismo. Da sua perspectiva, o ponto fundamental envolvido na questão era a definição do “caso norte-americano em face às demais soberanias do continente”, em relação ao qual assumiu a explícita proposta de realizar uma “correção filosófica de uma concepção política de puro senso comum” que “nos separa da América do Norte.” (*A Ordem*, ano 6, nº 54, abr-jun, 1927, p. 87-8) A “correção filosófica” operada pelo diretor da revista católica brasileira consistia basicamente em defender a aproximação do Brasil aos Estados Unidos e não sem o reconhecimento da ingerência estadunidense como garantia da ordem social no continente:

A autoridade que os Estados Unidos têm sabido usar em benefício de desmandados, pródigos e irrequietos, jamais poderá ser estimada por aqueles que, às vezes, sob a frágil e espantosa couraça de vaidades enormes, sentem sempre próximos de iguais fraquezas. Esta é a verdade pura e que, graças a Deus, só muito de leve pode atingir o Brasil, porque não creio que outro povo do Continente já tenha dado tantas provas, como nós, de confiança no irmão poderoso. (*Idem*, p. 88)

O sentido de “correção” dado por Figueiredo à sua intervenção se esclarece quando se observa que o posicionamento que vinha sendo sustentado pela publicação católica era bastante crítico em relação à influência dos valores culturais estadunidenses sobre o Brasil, predominando uma imagem negativa dos Estados Unidos, relacionada principalmente à orientação protestante daquele país. Foi essa visão que o líder católico procurou “corrigir”, basicamente a partir do estabelecimento de nuances na imagem negativa sobre a potência continental, de forma que se pudesse admitir o valor político estratégico da aproximação com o “irmão poderoso”. Assim, orientava seus leitores:

Se, do ponto de vista da influência sobre a nossa vida social, não podemos amar e animar a influência Norte-Americana, de acentuadas tendências individualistas e protestantes – do ponto de vista “político”, da política internacional, cremos firmemente que mais vale ao Brasil a amizade Norte-Americana que as simpatias, sempre suspeitosas, dos países de origem hispânica no Continente. [...] A política que mais serve ao Brasil dos nossos dias é a que tender para uma união mais firme de nossos interesses com os

interesses dos Estado Unidos. Do ponto de vista cultural, nada necessitamos dos demais países latino-americanos. (Idem, p. 91)

Ora, abrir uma perspectiva como essa passava necessariamente por uma releitura em relação à compreensão do catolicismo como eixo fundador da ordem política, algo que não deixou de ser considerado por Figueiredo. O líder da intelectualidade reacionária católica brasileira destacou, pragmaticamente, que “política é jogo de interesses” e encontrou no “espírito cristão”, um “espírito de todos os povos ocidentais”, a base para o “espírito americano”, que poderia, dessa forma, incluir estrategicamente os Estados Unidos. (Idem, p. 89-90)

No que diz respeito ao tema aqui analisado, o importante a ressaltar dessa “virada católica” em relação aos Estados Unidos é que se tratava expressamente de uma reação frente ao avanço continental de uma identificação latino-americanista de cunho progressista e forte conotação anti-imperialista. Foi o próprio líder católico quem afirmou ter proposto semelhante “correção filosófica” em relação aos Estados Unidos em face da existência de “uma grande corrente de nações americanas a impelir a ideia de uma política particular à América, com fórmulas e processo próprios, e diante da qual o Velho Mundo deve figurar [...] como mundo velho, deixado para trás”. “Mais ainda”, continua, “à mesmíssima corrente não repugnaria relegar à plutocracia Norte Americana para o meio daquelas tristes e incuráveis sociedades conquistadoras.” (Idem, p. 85)

A potencial relação entre discurso identitário de caráter latino-americanista, posicionamento anti-imperialista e alinhamento à esquerda política foi o que não passou despercebido, e certamente temido, pelo líder reacionário católico brasileiro. Daí a sua defesa de uma aproximação, absolutamente pragmática, do Brasil com os Estados Unidos naquele momento.

Considerações Finais

As interpretações sobre o México revolucionário realizadas pela intelectualidade conservadora católica brasileira à frente da revista *A Ordem*, durante a segunda metade da década de 1920, no período da Guerra Cristera, foram fortemente marcadas pelo sentido de refletir e intervir sobre a realidade brasileira. À luz da experiência mexicana, a leitura da situação nacional realizada por

esses intelectuais denota a percepção de que o fato de uma sociedade se identificar majoritariamente ao catolicismo não era garantia alguma aos princípios da “ordem” católica ou qualquer limite às tendências anticlericais, que consideravam inerentes ao Estado republicano laico. Nesse sentido, toda uma argumentação em torno da “lição do México” para o Brasil foi tecida como um importante “ato discursivo” que contribuía para legitimar a estratégia político-ideológica que já vinha sendo exercida por esse grupo, por meio do Centro Dom Vital e sua publicação periódica, cuja prioridade era garantir a adesão das elites, intelectuais e políticas, a um ideário político conservador, inspirado numa visão de mundo reacionária cuja base era a defesa da autoridade da hierarquia católica.

As intervenções intelectuais sobre o México realizadas por meio de *A Ordem* relevam uma dimensão combativa que se evidencia ao ser tomada em conjunto com outras perspectivas ideológicas, publicadas em outros periódicos, entre as quais destacamos a dos socialistas. No mesmo período em que a revista católica atacava o Estado mexicano e desqualificava o movimento revolucionário iniciado em 1910, podemos encontrar no periódico socialista *A Esquerda* uma articulada defesa do anticlericalismo mexicano e a perspectiva de que os acontecimentos do México poderiam ser uma inspiração para o Brasil.

Em um artigo assinado por Carlos Sussekind de Mendonça, importante intelectual socialista do período, a Guerra Cristera foi apresentada aos leitores como uma mostra da “teimosia” dos clérigos que se agarravam a uma “utopia do poder espiritual, que não se justifica[va] mais em nossos dias”. De sua perspectiva, “o único Estado possível de subsistir” na atualidade era o “Estado republicano”, “Estado leigo”. O autor conduziu o seu argumento no sentido de apontar a possibilidade de que um Estado efetivamente republicano e laico pudesse vir a constituir-se em socialista, como, em sua concepção, ocorria no México: “uma república que caminha[va] a passos largos para o socialismo.” E finalizou sua argumentação com a seguinte expectativa: “o que se passa hoje no México, passar-se-á [...] amanhã no Brasil.” (Mendonça, [1926] 1929: 13; 16; 19)

Também a perspectiva esboçada por Jackson de Figueiredo sobre a conveniência de uma maior aproximação do Brasil aos Estados Unidos pode ser lida como uma estratégia de combate frente à expansão do latino-americanismo no

Brasil. Podemos observar, por exemplo, que as principais expressões de solidariedade manifestadas por parte da intelectualidade brasileira para com o México revolucionário naquele contexto – algumas, inclusive, em evidente resposta aos ataques católicos – estiveram intimamente relacionadas a uma identificação latino-americanista e/ou a uma postura anti-imperialista em relação à atuação dos Estados Unidos no continente, tendo sido, muitas delas, articuladas a partir de concepções à esquerda.

Um dos casos mais ilustrativos foi o da revista *Folha Acadêmica*, publicação de caráter latino-americanista, ligada ao movimento reformista universitário, na qual a Revolução Mexicana ganhou amplo espaço. Como observou a historiadora Regina Crespo em trabalho sobre a revista, “a solidariedade continental, apoiada por um latino-americanismo de defesa, cuja vanguarda e cujo baluarte eram simultaneamente representados pelo austero solo mexicano”, foi um fator decisivo para que a revista “privilegia[sse] entre seus temas a política e a cultura desse país.” (Crespo, 2010: 231) Isso porque, a perspectiva latino-americanista das relações continentais foi fortemente impulsionada pelo México revolucionário na tentativa de consolidar uma “retaguarda internacional” para a Revolução, frente à ameaça latente do intervencionismo estadunidense. (Yankelevich, 1997: 87)

O discurso de *A Ordem* sobre as relações continentais pode ser lido como uma reação a esse panorama, como uma “ação discursiva” orientada a combater o potencial alinhamento de intelectuais brasileiros ao latino-americanismo que, inspirado no movimento da Reforma Universitária e fomentado pelo México revolucionário, ganhava cada vez mais espaço no cenário continental, inclusive no Brasil.

Referências

A Ordem: órgão do centro Dom Vital – edições: ano 5, nº 51, jul-set, 1926; ano 5, nº 52, out-dez, 1926; ano 6, nº 53, jan-mar, 1927; ano 6, nº 54, abr-jun, 1927)

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989**. São Paulo: EDUSP, 2000.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Loyola, 1999.

CRESPO, Regina. A revista *Folha Acadêmica*: esforços para a integração do Brasil na América Latina (1928-1931). In: CRESPO, Regina (coord). **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales**. México: Eón; CIALC-UNAM, 2010.

MATUTE, Álvaro. El último caudillo y el proceso de institucionalización. In: GARCIADIEGO, Javier *et alli*. **Evolución del Estado mexicano: reestructuración, 1910-1940**. 6ª ed. México: El Caballito, 2005, p. 109-150.

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflitos e reconciliações. México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: EDUSP 2008.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, vol. 19, nº 1, junho, 2007, p. 33-49.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem*: uma revista de doutrina, política e cultura católica. **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, FGV, vol. 21, nº 3, jul-set, 1978, p. 117-159.

YANKELEVICH, Pablo. **Propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930**. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.